



DECLARAÇÃO INTERNACIONAL NO DIA MUNDIAL DAS ÁREAS ÚMIDAS

2 de fevereiro de 2022

A propósito do Dia Mundial das Áreas Úmidas:

Estão tentando destruir a maior área úmida de água doce do Planeta!!

Em 2022 completará 25 anos, quando em 2 de fevereiro de 1997, foi declarado esta data de comemoração da assinatura da **Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional**, especialmente como habitat de aves aquáticas que ocorreu no ano de 1971 em Ramsar, Mazadarán, província do Irã.

Este ano é muito especial porque somente em 30 de agosto de 2021, a Assembleia Geral da ONU proclamou o dia 2 de fevereiro como o Dia Mundial das Áreas Úmidas, e é *comemorado oficialmente pela primeira vez no contexto das Nações Unidas*.

“AÇÃO A FAVOR DAS ÁREAS ÚMIDAS PARA AS PESSOAS E A NATUREZA”,
...destaca a importância de garantir que as ÁREAS ÚMIDAS sejam conservadas e usadas de forma sustentável...”

Agir a favor dos pantanais é agir a favor da humanidade... depois de 2 anos vivendo a Pandemia que assola o mundo inteiro, pudemos nos conscientizar da facilidade com que a espécie pode entrar em colapso se não percebermos o quão transcendental são os bens comuns da natureza em nossas vidas e em nossa morte. Essa consciência de ameaça iminente está se transformando em uma grande oportunidade. Talvez ainda estejamos a tempo da necessária e urgente mudança civilizacional.

A Convenção RAMSAR é o primeiro acordo ambiental multilateral e é considerado pioneiro na defesa da água e dos ecossistemas associados. A grande missão da Convenção é a divulgação e promoção do uso adequado dos princípios de conservação e sustentabilidade de todas as áreas úmidas por meio de ações

territoriais locais, nacionais e globais e contar com a cooperação, compromisso e solidariedade de todos os povos e nações do Terra.

E isso porque, com base no conhecimento alcançado em nossos dias, é inegável a afirmação de que as áreas úmidas são essenciais para a vida, fazem parte da própria origem da vida. As áreas úmidas, pela grande diversidade que albergam, produzem a água doce e os alimentos necessários à todas as formas de vida terrestre, entre as quais a nossa espécie: a espécie humana.

A atual crise sanitária e a devastadora crise climática que vivemos e sofremos obrigam-nos a ver as áreas úmidas como aliadas das estratégias de Mitigação e Adaptação, oferecem-nos uma maior resiliência e resistência à crescente escassez de água, aos surpreendentes e intratáveis eventos de cheias extremas e eventos climáticos devastadores. Num momento da história humana em que se acentuam as perdas de meios de subsistência e de bem estar; pântanos bem conservados contribuem para as economias locais em todo o mundo.

As áreas úmidas, que representam 6% da superfície terrestre, sofrem processos sistemáticos de degradação e estão desaparecendo 3 vezes mais rápido do que as florestas.

A perda desses importantes corpos d'água afeta não apenas o planeta, mas também os seres humanos. Há 2,2 bilhões de pessoas sem água, e dessas cerca de 485 mil morrem a cada ano. A insegurança hídrica gerou guerras em cerca de 45 nações em 2017. Quantas pessoas dependem da integridade do Grande Pantanal do Alto Paraguai? São 130 milhões de pessoas em todo o Paraguai - Bacias do Paraná e do Prata.

Contra todas as evidências expostas. Manter as características ecológicas das áreas úmidas e ecossistemas associados a uma abordagem ecossistêmica sustentável, bem como reverter a degradação por meio da restauração das zonas úmidas é a palavra de ordem!

O Dia Mundial das Áreas Úmidas no âmbito da década da ONU para a restauração de ecossistemas 2021/2030 marca uma oportunidade que não devemos perder.

Devemos garantir que as políticas e a tomada de decisões reflitam o valor total das áreas úmidas.

O Grande Pantanal do Alto Paraguai é o maior pantanal de água doce do planeta, ocupa uma área de quase 300 mil km² e inclui os territórios do Brasil, Paraguai e Bolívia e devemos considerar que toda a Bacia do Prata depende dele, isso envolve Argentina e Uruguai.

Apenas uma semana antes de comemorarmos o Dia do Pantanal da Terra, o Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Brasil (CONSEMA), em decisão surpreendente, tomada em 26 de janeiro de 2022, aprovou a **Licença Prévia** para a instalação de a Porto da cidade de Cáceres: **Porto Barranco Vermelho**. Essa aprovação ocorreu superando as 111 objeções específicas apresentadas ao Estudo Ambiental apresentado pela empresa proponente do projeto questionado. As fragilidades evidenciadas e a ausência da documentação obrigatória nos estudos apresentados pela empresa foram formalmente denunciadas.

Apesar dessas óbvias deficiências premeditadas, contrariando garantias, impactos socioambientais, anseios e argumentos expressos por organizações da sociedade civil, comunidades tradicionais, ambientalistas, pesquisadores acadêmicos, as posições de objeção claras e expressas publicamente pelo Ministério Público Federal e a forte reivindicação do clamor popular que não foi ouvido. Foi proferida sentença favorável. Tudo isto, demonstrando a total falta de bom senso e idoneidade que deve caracterizar estas importantes decisões que determinam o futuro de toda a região, procedeu à aprovação arbitrária. Decisão que claramente carece da legitimidade que a democracia exige.

É inadmissível que os governos locais e o setor de meganegócios decidam a destruição inevitável de todos os inestimáveis benefícios do Grande Pantanal. Da mesma forma, por trás dessa aprovação ilegítima, a irrupção de processos já iniciados para a instalação de outros dois portos são altamente preocupantes: o **Porto Fluvial de Cáceres e Porto Paratudal**. Todos na região da cidade de Cáceres, estado de Mato Grosso, no coração do Grande Pantanal do Alto Paraguai.

A construção desses portos faz parte da agenda de reativação do projeto da Hidrovia Industrial Paraguai-Paraná no trecho norte do rio Paraguai, expressamente proibido desde 2000, quando foi proposta a construção do **Porto de Morrinhos**, também em Cáceres, estado de Mato Grosso quando, da mesma forma, amplos e diversos setores da cidadania denunciaram e divulgaram os terríveis danos que esse tipo de obra de infraestrutura, se implantada, causaria ao Grande Pantanal. Os estudos de viabilidade socioambiental necessários devem incluir informações que contemplem toda a navegação, tanto nos trechos imediatamente comprometidos do rio quanto em toda a bacia. Deve também incorporar o caráter internacional do rio Paraguai, que envolve as populações e territórios dos países inevitavelmente interessados e afetados pelos impactos de um rio e bacias compartilhadas.

Por fim, não podemos esquecer que em 2018, o **Comitê Nacional de Zonas Úmidas (CNZU- do Ministério do Meio Ambiente do Brasil)** emitiu uma recomendação que propõe excluir "o trecho do rio Paraguai denominado Tramo Norte, entre Cáceres e Corumbá, da possibilidade de navegação industrial ou de grande porte na Hidrovia Paraguai-Paraná, tendo em vista que é um dos trechos extremamente frágeis do Sistema Pantanal Paraguai-Paraná em termos hidrodinâmicos, sedimentológicos, biogeoquímicos e ecológicos do rio Paraguai ", propondo "este trecho como área de uso restrito para navegação de grande porte" O **Princípio da precaução** na proteção ambiental está sendo violado impunemente.

Nosso Grande Pantanal, compartilhado territorialmente por três nações sul-americanas, o maior pantanal de água doce do planeta, está ameaçado!!!

Devemos defendê-lo! É nosso compromisso com um futuro seguro e compartilhado, é nosso compromisso com a VIDA.

A vida dos rios não se negocia!

